

- 5 NOV 1997

Uma crise que pode ser positiva

GAZETA MERCANTIL

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, ao dizer anteontem que a tarefa de defender a moeda não compete somente à sua instituição, mas também aos políticos e empresários, não estava certamente fazendo nenhum prognóstico sobre como se comportarão uns e outros depois das lições deixadas pela grave ameaça que a economia brasileira e o Plano Real acabam de sofrer. Mas estava, sem dúvida, absolutamente correto.

Na reunião que manteve ontem com os líderes partidários, o presidente Fernando Henrique Cardoso procurou enfatizar justamente o grande imperativo do momento, que não é saber quem sairá lucrando politicamente com a crise, se o governo ou a oposição, ou quais impactos ela terá ao longo do ano eleitoral, para um e outro lado do espectro partidário nacional. O fundamental, neste período, e talvez durante os próximos meses, é saber o que cada político, empresário ou autoridade do governo pode fazer de prático para ajudar a Nação a reduzir os riscos originados em outras partes do mundo e sair mais protegida e defendida contra tais abalos – que, afinal de contas, não são produzidos nem pela oposição, nem pelo governo, e sim por uma conjuntura internacional que, hoje em dia, favorece aqueles que somente buscam ganhos astronômicos imediatos, sem nenhuma consideração pelas aflições de países e de suas populações.

Aliás, cabe aqui uma observação. Os especuladores do sistema financeiro mundial obtiveram vitórias em suas manobras contra as

moedas da Tailândia, da Coreia e da Malásia, mas foram derrotados em Hong Cong. No caso do Brasil, não houve ataque especulativo, e sim compra de dólares por instituições brasileiras para cobrir suas margens em operações de futuro no exterior, que, no entanto, também poderia forçar uma desvalorização. De qualquer forma, os governos e os bancos centrais aprenderam algo com essas crises, no sentido de como enfrentar atitudes desestabilizadoras.

A ameaça que o País sofreu pode levar a um consenso em torno das reformas

Se isso vai servir para desestimulá-las e até inibir os mais audaciosos, só o tempo poderá dizer, mas é evidente que as ações defensivas desencadeadas pelas autoridades monetárias de diversas praças servirão de exemplo e tornarão mais arriscadas as tentativas futuras.

Voltando ao nosso assunto principal, é útil reproduzir aqui algumas das palavras do pronunciamento feito pelo presidente da República antes da sua reunião com os líderes: “Não é o momento para cobranças e queixumes. O País precisa de um elo de confiança. É o momento de entendimento e é isso que o governo deve ter: harmonia e não divisão entre os poderes”. Em seguida o presidente pôs-se a lembrar que essa harmonia e esse trabalho conjunto já foram possíveis em outros momentos, quando, por exemplo, ainda no cargo de ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, ele fez a defesa do Plano Real: “Apelei, também naquela ocasião, à

oposição, despercebi a oposição para o fato de que era necessário combater a inflação”.

E, agora, segundo o presidente, o que compete a todos “não é senão mantermos as conquistas já obtidas (notadamente a estabilidade) e avançarmos na direção de novas ações”.

Sabemos quão difícil é alcançar um entendimento político mínimo nas vésperas de um ano eleitoral, mas tivemos nestes dias alguns sinais animadores. Dois dos maiores interessados em aproveitar-se das medidas impopulares que o governo está sendo obrigado a adotar (alta de juros e cortes no orçamento), o PT e o candidato Paulo Maluf, já se declararam dispostos a dar um voto de confiança, de curto prazo, sessenta ou noventa dias, ao governo, o que nos parece um fato inédito na recente história política brasileira. E os parlamentares que participaram da reunião de ontem se declararam, em sua maioria, dispostos a contribuir para que algumas propostas encaminhadas pelo governo ao Congresso sejam mais agilmente aprovadas. Falou-se, inclusive, de trabalho nos fins de semana, para adiantar as tramitações e conseguir a aprovação, por exemplo, da reforma administrativa até meados de dezembro.

O que podemos dizer, diante disso tudo, e cremos que em nome da maioria da Nação, é que talvez essa crise se revele positiva para todos nós, desde que suscite em todos os líderes políticos e nos respectivos partidos uma firme diferenciação entre aquilo que é de restrito interesse partidário e aquilo que é necessário para que todo o País encontre, com segurança e tranquilidade, a via do seu desenvolvimento integrado. ■